

5

O fluxo de recursos na Política Nacional de Defesa Civil e os Municípios com maior incidência de Decretos de Calamidade Pública ou Situação de Emergência

O presente estudo traz dois tópicos relacionados à temática da calamidade. O primeiro aborda a intensidade das situações de calamidade e emergência decretadas pelos Municípios brasileiros e homologadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, identificando os Municípios com maior incidência de eventos relacionados à chuva e à seca no Brasil. O segundo tópico é uma análise consistente sobre a execução orçamentária dos dois programas nacionais de prevenção e de resposta do governo federal aos desastres naturais e a identificação dos Municípios que receberam recursos diretamente desses programas.

Introdução

O último estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) sobre a temática dos desastres naturais nos Municípios brasileiros, realizado em maio de 2010, apresentou uma análise da frequência na emissão de portarias de reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública¹ pela Secretaria Nacional de Defesa Civil de 2003 a 2010. Também abordou brevemente a qualidade e a quantidade dos investimentos do governo federal em prevenção e resposta aos desastres em nível municipal.

Foi constatado que, em média, são reconhecidas cerca de 1.500 situações de emergência ou calamidade por ano, fato que se diferenciou em 2010, quando houve um recorde na emissão de portarias em apenas um semestre, que chegou a 1.635 reconhecimentos, mais que todo o ano de 2009, que chegou a 1.389.

¹ A decretação da situação de emergência ocorre quando há o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por um ou mais desastres, causando danos superáveis pela comunidade afetada. Já o estado de calamidade pública é o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

No primeiro semestre de 2010, os Estados que mais tiveram desastres naturais decretados foram Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais. A maioria das portarias – 63% – foi de eventos relacionados às chuvas. Em segundo lugar vieram os eventos relacionados à seca, totalizando 36%. A distribuição dos tipos de eventos por região mostrou que o Sul lidera na emissão de portarias relacionadas à chuva. Em seguida vem o Nordeste, também com uma quantidade elevada de desastres desse tipo.

A análise do quadro de 2003 a 2009 constatou que as regiões Nordeste e Sul lideram o número de portarias. Além de fortes chuvas, alguns Municípios dessas regiões também enfrentam períodos de forte seca. Os eventos relacionados à seca e à estiagem são os que mais provocam pedidos de reconhecimento, chegando quase ao dobro da quantidade de portarias de eventos relacionados à chuva.

Também foram pesquisados os gastos da União com programas de prevenção e de resposta aos desastres naturais, sendo constatado que os valores pagos na prevenção são extremamente reduzidos em relação aos altos valores gastos na resposta a eventos já ocorridos. Essa imensa diferença entre os valores pagos em prevenção e em resposta mostra claramente o tão pouco o governo vem gastando para prevenir os prejuízos causados pelos desastres naturais. A falta de investimento na prevenção tem relação direta com o aumento de gastos na resposta aos desastres, que cada vez mais afetam comunidades localizadas em áreas de riscos (no caso de chuvas) e cada vez mais causam prejuízos aos Municípios que sofrem com a seca intensa.

Com base na repetição cíclica de desastres naturais em determinados pontos do País e na intensificação desses eventos nos últimos tempos, no presente estudo será analisado mais detalhadamente os Municípios do País com mais portarias emitidas no período de 2003 a 2010, tanto para seca, quanto para chuva.

No segundo capítulo, a CNM apresenta estudo sobre a política da União com ações de defesa civil no período de janeiro de 2002 até junho de 2010. Foram levantados todos os gastos realizados pela União nesse período, bem como todas as situações de emergência e calamidade reconhecidas pelo órgão central de defesa civil. O estudo procura avaliar como os recursos federais são distribuídos para fazer frente às diversas calamidades que constantemente assolam o Brasil. No período de janeiro de 2002 a junho de 2010 foram gastos R\$ 5 bilhões em ações de defesa civil, sendo que a maior parte foi aplicada em anos mais recentes. Só em 2009, ano de maior gasto, a União desembolsou cerca R\$ 1,6 bilhão. Pelo resultado do primeiro semestre, em 2010 o gasto deve também ficar próximo desse patamar.

No período, a maior parte dos recursos foi aplicada de forma direta pela União, aproximadamente 37%, enquanto as transferências aos governos estaduais e municipais representaram,

respectivamente, 29% e 34% dos recursos. A partir de 2005, nota-se uma mudança na política de execução, sendo que a resposta e a prevenção a desastres passaram a ser realizadas mais através de transferências a Estados e a Municípios do que por meio de aplicação direta. Esse pode ser um indicativo do reconhecimento por parte da União de que os entes subnacionais são mais eficientes para o combate a calamidades. Nos anos de 2006 e 2007 houve um predomínio das transferências a Municípios, que a partir de 2008 cederam lugar para as transferências aos governos estaduais.

O total transferido para as prefeituras a título de resposta a desastres no período foi de R\$ 1,04 bilhão. Apesar de estar computado apenas o 1º semestre, 2010 já é o ano com maior repasse, R\$ 277 milhões, superando todo o ano de 2007, que teve uma transferência total de R\$ 218 milhões. Quanto a essas transferências a Municípios, concluiu-se que o principal problema é a falta de relação entre a distribuição desses recursos e as ocorrências de calamidades.

Verificou-se que 39% dos recursos transferidos foram para Municípios que não tiveram portaria de reconhecimento no mesmo ano. No entanto, foi surpreendente a quantidade de Municípios que tiveram portarias decretadas e não receberam recursos no mesmo ano, mais de 92% dos casos.

Quando se considera um atraso de até 2 anos, o percentual das localidades com calamidades reconhecidas que não receberam nenhum recurso diminuiu para 80%. Esse é um indicativo de que parte dos recursos é transferida com enorme demora. Durante o período, R\$ 116,7 milhões foram repassados a Municípios que não tiveram reconhecimento em até 2 anos atrás, montante correspondente a 13% do valor total.

Municípios com maior quantidade de portarias reconhecendo desastres relacionados à chuva de 2003 a 2010

Ocorre no Brasil, todos os anos, uma repetição cíclica de desastres naturais, que se configuram em períodos de seca e em períodos de chuvas. No entanto, a intensidade de tais ocorrências vem aumentando ultimamente em consequência de uma série de mudanças climáticas. E com a crescente urbanização em áreas inadequadas, consideradas de risco, os danos humanos e os prejuízos econômicos também se agravam cada vez mais, pois a intensidade dos efeitos de um desastre natural também depende do grau de vulnerabilidade das localidades e das comunidades afetadas.

Existe um grupo de Municípios, como pode ser visto na Tabela 1, que sofre problemas recorrentes ao longo do período analisado. A soma, por Município, de todas as portarias relacionadas a chuvas dos últimos 7 anos e meio mostra que Municípios de apenas sete Estados são os que mais sofrem com as chuvas.

Santa Catarina é o Estado que apresenta a maior quantidade de Municípios com uma emissão recorrente de portarias de eventos relacionados à chuva. São 14 cidades com uma quantidade elevada de portarias no período analisado, com destaque para Camboriú, que teve 11 portarias de chuvas nesse período de 7 anos e meio. A situação do Município de Camboriú é crítica e exige cuidados urgentes de prevenção e preparo para os efeitos das chuvas intensas que sempre atingem a localidade até duas vezes por ano. Outros Municípios de SC com problemas recorrentes são Jacinto Machado, Joinville, Praia Grande, Turvo, Criciúma, entre outros da lista a seguir. Todos eles precisam estar preparados, e as ações mais importantes são as preventivas, realizadas no período de normalidade, que têm por objetivo evitar que o desastre ocorra. Para se conseguir um resultado eficaz é necessário, entre outras coisas, unir as forças da comunidade através da organização da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Comdec) e de Núcleos Comunitários de Defesa Civil (Nudec's) no Município. No entanto, a realização de obras de prevenção e resposta depende, muitas vezes, de verbas da União e do governo estadual, que nem sempre respondem com eficácia, como será visto a seguir.

O segundo Estado a apresentar o maior número de Municípios com grande quantidade de portarias de eventos relacionados à chuva é o Rio de Janeiro, com sete cidades na lista a seguir. Bom Jesus do Itabapoana é o campeão nacional em pedidos de portarias de reconhecimento de estado de emergência ou calamidade em decorrência de chuvas. Nos últimos 7 anos e meio, esse Município teve 15 portarias emitidas, uma média de duas por ano. As outras cidades com problemas recorrentes são Pirai, Itaocara, Natividade, São Fidélis, Varre-Sai e Paraíba do Sul.

O Rio Grande do Sul é o terceiro Estado a apresentar mais problemas. São Sebastião do Caí

teve nove portarias de reconhecimento de estado de emergência ou calamidade em decorrência de chuvas no período analisado. Hulha Negra, Espumoso, Jacuizinho, Caçapava do Sul e Montenegro são os outros Municípios do RS a enfrentar problemas do tipo com frequência.

Os outros Estados que aparecem na lista são: Espírito Santo, que possui Cachoeira do Itapemirim com mais problemas; Ceará, que possui o Município mais afetado do País por eventos naturais que causem situação de emergência ou calamidade, que é Sobral (frequentemente afetado também por períodos de seca); São Paulo, com Iguape; e Bahia, com Salvador.

Tabela 1

Município	UF	Portarias relacionadas à chuva	Portarias relacionadas à seca	Outros eventos	Total geral
Bom Jesus do Itabapoana/RJ	RJ	15		1	16
Camboriú/SC	SC	11			11
São Sebastião do Cai/RS	RS	9	2		11
Cachoeiro de Itapemirim/ES	ES	9			9
Hulha Negra/RS	RS	8	3		11
Vargem Alta/ES	ES	8	1		9
Jacinto Machado/SC	SC	8			8
Joinville/SC	SC	8			8
Praia Grande/SC	SC	8			8
Turvo/SC	SC	8			8
Sobral/CE	CE	7	5	6	18
Viçosa do Ceará/CE	CE	7	7		14
Piraí/RJ	RJ	7		2	9
Itaocara/RJ	RJ	7		1	8
Natividade/RJ	RJ	7		1	8
São Fidélis/RJ	RJ	7		1	8
Criciúma/SC	SC	7			7
Santa Rosa do Sul/SC	SC	7			7
São João do Sul/SC	SC	7			7
Varre-Sai/RJ	RJ	7			7
Espumoso/RS	RS	6	5		11
Jacuizinho/RS	RS	6	3		9
Aurora/SC	SC	6	2		8
Caçapava do Sul/RS	RS	6	2		8
Iguape/SP	SP	6		2	8
Ituporanga/SC	SC	6	1		7
Montenegro/RS	RS	6	1		7
Rio Fortuna/SC	SC	6	1		7
Salvador/BA	BA	6		1	7
Afonso Cláudio/ES	ES	6			6
Cajati/SP	SP	6			6
Içara/SC	SC	6			6
Meleiro/SC	SC	6			6
Nova Veneza/SC	SC	6			6
Paraíba do Sul/RJ	RJ	6			6

Municípios com mais problemas relacionados à seca

Os eventos relacionados à seca e à estiagem são os que mais provocam pedidos de reconhecimento de situação de emergência e calamidade pelos Municípios brasileiros. O total de portarias relacionadas à seca emitidas nos últimos 7 anos e meio (7.151) chega quase ao dobro da quantidade de portarias de eventos relacionados à chuva (3.945).

Acopiara, no Ceará, é o Município com maior quantidade de portarias reconhecendo danos causados pela seca em todo o País, com 15 portarias em 7 anos e meio. O Ceará é o Estado com

a maior quantidade de Municípios que mais sofrem com a seca. Como também possui muitos Municípios frequentemente castigados pela chuva, conclui-se que este é o Estado mais afetado por desastres naturais do País.

Alagoas é o segundo Estado a apresentar o maior número de Municípios com grande quantidade de portarias de eventos relacionados à seca. Cacimbinhas, Água Branca, Carneiros e Batalha são os que mais sofrem, possuindo 13 portarias cada um no período.

Os outros Estados que aparecem na lista com Municípios problemáticos são Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Tabela 2 – Municípios mais castigados pela seca no período de 2003 a 2010

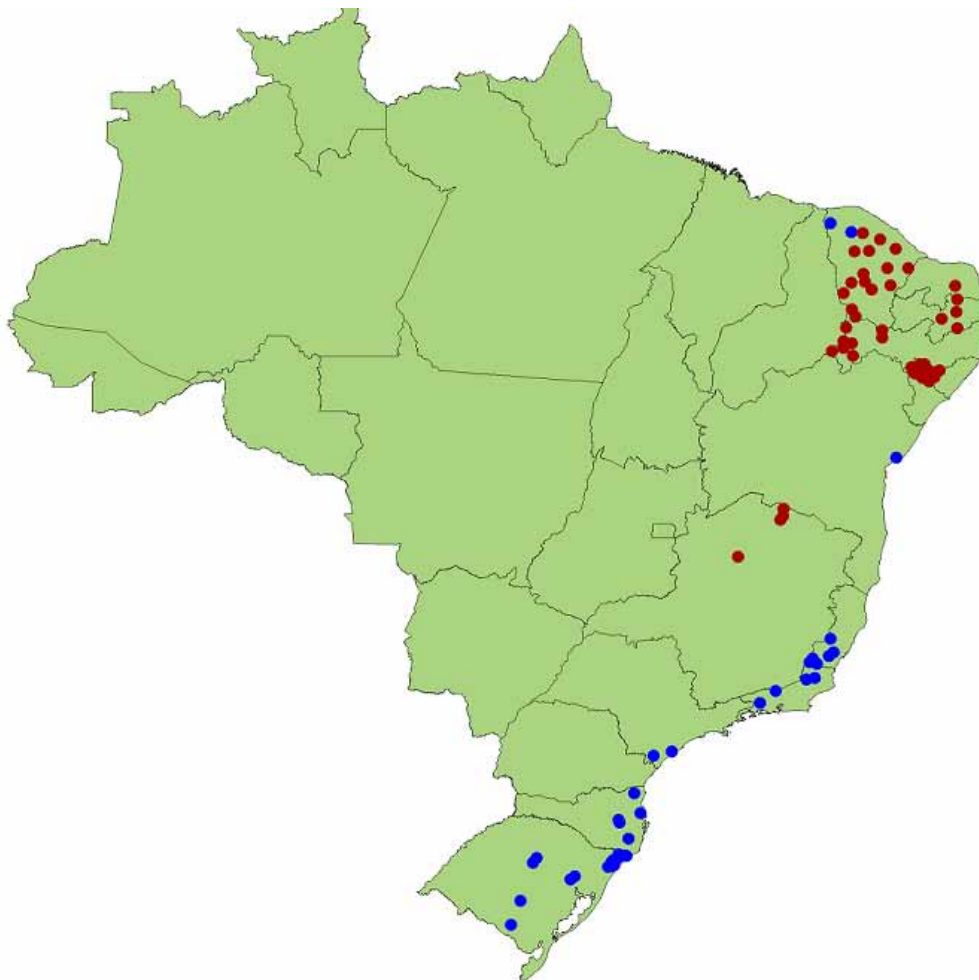
Município	UF	Portarias relacionadas à chuva	Portarias relacionadas à seca	Outros eventos	Total geral
Acopiara/CE	CE		15	1	16
Cacimbinhas/AL	AL	2	13		15
Água Branca/AL	AL	1	13		14
Carneiros/AL	AL	1	13		14
Penaforte/CE	CE	1	13		14
Afrânio/PE	PE		13		13
Batalha/AL	AL		13		13
Campos Sales/CE	CE		13		13
Canapi/AL	AL	2	12		14
Caridade/CE	CE	2	12		14
Pedra Branca/CE	CE	1	12		13
Santa Filomena/PE	PE		12		12
Irauçuba/CE	CE	3	11		14
Ibajá/MG	MG	1	11	1	13
Lagoa Grande/PE	PE	1	11	1	13
Santa Cruz/PE	PE	1	11	1	13
Tauá/CE	CE	1	11	1	13
Banabuiú/CE	CE	1	11		12
Piranhas/AL	AL	1	11		12
Santana do Ipanema/AL	AL	1	11		12
Araripina/PE	PE		11	1	12
Belo Monte/AL	AL		11		11
Espinosa/MG	MG		11		11
Major Isidoro/AL	AL		11		11
Maravilha/AL	AL		11		11
Pão de Açúcar/AL	AL		11		11
Salgueiro/PE	PE	2	10	1	13
São Tomé/RN	RN	2	10	1	13
Parambu/CE	CE	1	10	2	13
Itaira/CE	CE	1	10	1	12
Pocinhos/PB	PB	1	10	1	12
Tabuleiro do Norte/CE	CE	1	10	1	12
Araripe/CE	CE	1	10		11
Jaguaribe/CE	CE	1	10		11
Mombaça/CE	CE	1	10		11
Olho d'Água do Casado/AL	AL	1	10		11
Parari/PB	PB		10	1	11
Alcantil/PB	PB		10		10
Catunda/CE	CE		10		10
Cuité/PB	PB		10		10
Dormentes/PE	PE		10		10
Estrela de Alagoas/AL	AL		10		10
Jaramataia/AL	AL		10		10
Monte Azul/MG	MG		10		10
Ocara/CE	CE		10		10
Ouro Branco/AL	AL		10		10
Pai Pedro/MG	MG		10		10

Localização geográfica dos Municípios mais afetados

O mapa a seguir mostra os 47 Municípios mais afetados pela seca (em vermelho) e os 35 mais afetados pelas chuvas (em azul). Nota-se que todos os Municípios com maior quantidade de portarias tanto de seca quanto de chuva estão concentrados na faixa leste do País. A parte central e oeste do Brasil não costumam ser afetada com desastres com tanta intensidade e com tanta frequência.

Nota-se também que a maioria dos Municípios com grande quantidade de portarias relacionadas à chuva está na faixa leste do Sudeste e do Sul do País. Já aqueles mais afetados pela seca estão na parte superior, concentrando-se no Nordeste.

Figura 1



Perfil da despesa da União na função defesa civil

Neste capítulo, é apresentada uma análise da política da União com ações de defesa civil no período de janeiro de 2002 até junho de 2010. Foram levantados todos os gastos realizados pela União nesse período, bem como todas as situações de emergência e calamidade reconhecidas pelo órgão central de defesa civil. As primeiras informações foram retiradas na base de dados SigaBrasil/Siafi, mantida pelo Senado Federal, enquanto as portarias de reconhecimento de calamidades foram identificadas no *site* da defesa civil nacional na internet.

Procurou-se avaliar como os recursos federais são utilizados para fazer frente às diversas calamidades que constantemente assolam o Brasil. No período de janeiro de 2002 a junho de 2010 foram gastos R\$ 5 bilhões em ações de defesa civil, em valores de maio de 2010 corrigidos pelo IPCA. A maior parte foi aplicada em anos mais recentes. Só em 2009, ano de maior gasto, a União desembolsou em torno de R\$ 1,6 bilhão. Pelo resultado do primeiro semestre, em 2010, o gasto deve também ficar próximo desse patamar.

O critério utilizado para a consolidação dos gastos foi a execução financeira no exercício, contabilizando apenas os valores efetivamente pagos, inclusive restos a pagar de Loas anteriores pagos no exercício.

Na Tabela 3 são apresentadas as despesas por ano e por modalidade de aplicação. Vê-se que, no período, a maior parte dos recursos foi aplicada de forma direta pela União, aproximadamente 37%, enquanto as transferências aos governos estaduais e municipais representaram, respectivamente, 29% e 34% dos recursos.

Tabela 3

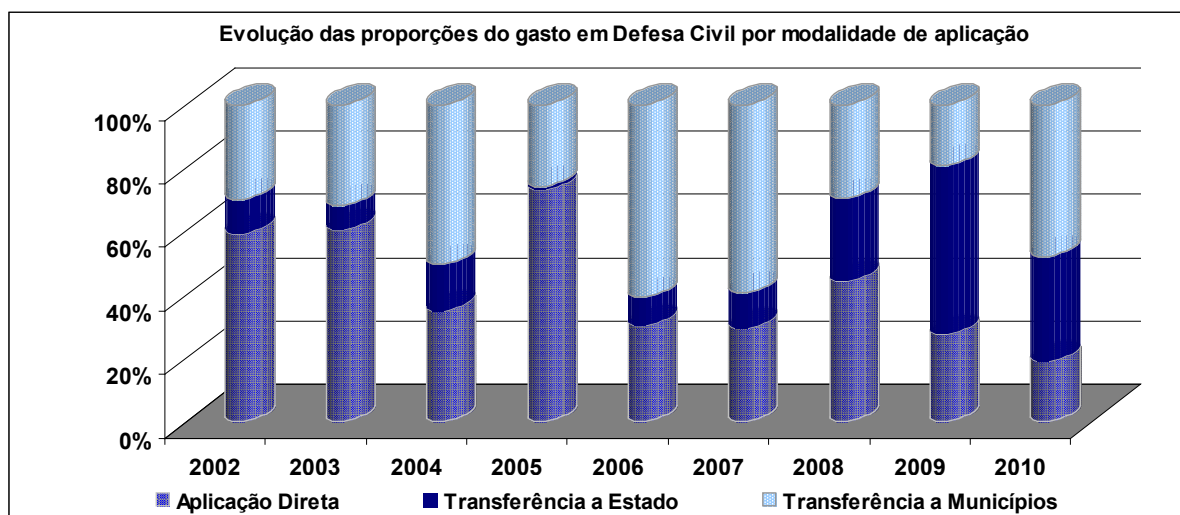
Recursos da União aplicados na função defesa civil, corrigidos pelo IPCA para maio de 2010

Mod. de Aplicação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total geral
Aplicação Direta	510.729.334	149.555.459	55.210.794	124.547.027	60.174.119	137.365.050	283.860.597	437.308.040	137.633.137	1.896.383.558
Transferência a Estado	93.919.279	18.739.017	23.190.057	1.939.985	17.681.038	52.458.874	167.912.508	850.540.299	242.065.968	1.468.447.025
Transferência a Municípios	256.356.049	78.551.789	79.831.442	43.730.338	120.954.621	276.820.542	190.964.333	305.970.621	347.866.518	1.701.046.253
Outros	1.778.793	1.072.102	-	-	132.575	-	-	-	-	2.983.471
Total	862.783.456	247.918.367	158.232.294	170.217.350	198.942.353	466.644.466	642.737.438	1.593.818.959	727.565.623	5.068.860.307

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Pode-se observar que a partir de 2005 houve uma mudança na política de execução, sendo que a resposta e a prevenção a desastres passaram a ser realizadas mais por meio de transferências a Estados e Municípios do que por aplicação direta. Veja representação gráfica a seguir. Esse pode ser um indicativo do reconhecimento por parte da União de que os entes subnacionais são mais eficientes para o combate a calamidades. Nos anos de 2006 e 2007 houve um predomínio das transferências a Municípios, que a partir de 2008 cederam lugar para as transferências aos governos estaduais.

Gráfico 1



A partir de 2004, o Programa Defesa Civil passou a ser uma função, enquanto as duas ações Resposta a Desastres e Prevenção a Desastres viraram programas. Considerando apenas os anos de 2006 a 2010 (1º semestre), tem-se que 13% dos recursos foram gastos com prevenção, enquanto o restante foi gasto com resposta aos desastres. Veja valores a seguir.

Tabela 4 –

Recursos da União aplicados na função defesa civil, corrigidos pelo IPCA para maio de 2010

Programa	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total
Prevenção a Desastres	44.281.438	62.264.836	123.511.461	144.978.657	87.229.668	462.266.060
Resposta a Desastres	154.660.915	404.379.631	519.225.977	1.448.840.303	640.335.955	3.167.442.780

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Identificação da localidade dos gastos

Para encontrar a localidade do gasto, identificou-se o beneficiário do recurso. Apesar desta estratégia, a grande parte, 45% dos gastos realizados por aplicação direta, permaneceram não identificados. Também no caso da aplicação direta, a localidade assim identificada apenas sugere a localidade realmente beneficiada, já que o fornecedor pode não estar localizado no mesmo local de prestação do serviço.

Na tabela a seguir, apresenta-se o total gasto entre janeiro de 2002 e junho de 2010 por Unidade da Federação (UF) e por modalidade de aplicação. Nas aplicações diretas da União, as UFs mais beneficiadas foram Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e exterior. Das transferências a Estados, mais da metade dos recursos foi concentrada em quatro UF: Santa Catarina com 29%, Piauí com 11%, Maranhão e Ceará com 8% cada. No caso das transferências a Municípios, a concentração é ainda maior: metade dos recursos foi direcionada aos Municípios da Bahia, que receberam 30%, e de Minas Gerais e Mato Grosso, que receberam 10% cada.

Tabela 5 –

Recursos da União aplicados na função defesa civil entre 2002 e 1º sem. 2010, corrigidos pelo IPCA para maio de 2010

UF	Aplic. Direta	%	Transf. a Estado	%	Transf. a Município	%
AC	473.792	0%	-	0%	320.217	0%
AL	28.878.885	2%	30.280.484	2%	6.848.073	1%
AM	21.683.228	1%	79.019.460	5%	18.356.576	2%
AP	71.972	0%	-	0%	16.200.656	2%
BA	111.366.396	6%	21.991.164	1%	269.258.787	30%
CE	121.543.090	6%	111.126.629	8%	36.368.763	4%
DF	-	0%	-	0%	-	0%
ES	6.112.351	0%	12.589.434	1%	6.876.802	1%
GO	9.898.420	1%	4.575.959	0%	18.890.807	2%
MA	8.170.374	0%	118.869.108	8%	3.125.500	0%
MG	61.419.571	3%	12.112.594	1%	93.107.498	10%
MS	2.275.748	0%	28.194.935	2%	40.054.799	4%
MT	1.522.567	0%	11.574.770	1%	89.486.729	10%
PA	8.410.992	0%	71.340.123	5%	9.635.686	1%
PB	90.039.040	5%	37.564.321	3%	8.930.643	1%
PE	120.775.255	6%	64.481.349	4%	28.559.551	3%
PI	33.544.131	2%	165.377.241	11%	989.885	0%
PR	18.493.779	1%	-	0%	4.809.812	1%
RJ	117.817.032	6%	96.874.281	7%	49.438.394	6%
RN	37.156.003	2%	43.613.928	3%	19.053.544	2%
RO	2.025.763	0%	-	0%	4.387.690	0%
RR	1.402.222	0%	12.860.919	1%	3.429.998	0%
RS	31.594.180	2%	43.306.698	3%	61.367.402	7%
SC	18.178.253	1%	424.416.479	29%	30.960.024	3%
SE	10.489.824	1%	11.540.314	1%	320.217	0%
SP	58.099.522	3%	66.716.706	5%	65.455.609	7%
TO	5.063.171	0%	20.129	0%	8.476.454	1%
EX*	113.200.620	6%	-	0%	-	0%
NI**	838.920.271	45%	-	0%	-	0%
Total	1.878.152.660	100%	1.468.447.025	100%	894.710.117	100%

* Transferência ao Exterior

** Localidade não identificada

No Anexo 1 consta tabela com a distribuição ano a ano dos recursos por UF.

As ocorrências de calamidades e as transferências a Municípios

Serão examinados agora apenas os recursos que são transferidos para Municípios no Programa de Resposta a Desastre, de forma a relacionar essas transferências com a ocorrência, nas localidades, de desastres reconhecidos por portarias do órgão central de defesa civil.

Como as portarias só estão disponíveis no site da Defesa Civil Nacional a partir de 2003, a análise será reduzida às transferências do período de janeiro de 2003 a junho de 2010. O total transferido para as prefeituras a título de resposta a desastres no período foi de R\$ 1,04 bilhão. Apesar de estar computado apenas o 1º semestre, 2010 já é o ano com maior repasse, R\$ 277 milhões, superando todo o ano de 2007, que teve transferência total de R\$ 218 milhões.

Não se discutirá neste estudo se o volume total de recursos repassados aos Municípios é suficiente ou não para complementar os custos das ações necessárias ao combate das calamidades locais. Avaliar-se-á apenas como esses recursos vêm sendo distribuídos.

Uma primeira verificação que se pode fazer é se as localidades beneficiadas pelos recursos em um dado ano são as mesmas que tiveram situações de calamidades reconhecidas pela Defesa Civil Nacional no mesmo ano. Na tabela a seguir, apresenta-se o resultado, em que fica evidenciado que, no período, 39% dos recursos transferidos foram para Municípios que não tiveram portaria de reconhecimento no ano. Por um lado, esse dado pode ser um indicativo de que parte dos recursos transferidos em um dado ano estão relacionados com acontecimentos de anos anteriores. Ou seja, sugere, no mínimo, que boa parte dos recursos demoram para chegar às localidades.

Tabela 6

Recursos transferidos a municípios em valores de maio de 2010, corrigidos pelo IPCA

Ano	total	sem portaria no ano	% do total
2003	78.551.789	39.124.907	50%
2004	70.944.492	42.915.868	60%
2005	23.822.615	19.275.216	81%
2006	93.426.709	43.342.677	46%
2007	218.884.444	75.929.072	35%
2008	87.269.909	53.610.401	61%
2009	185.288.858	69.303.620	37%
2010 *	277.157.742	64.892.263	23%
Total	1.035.346.558	408.394.023	39%

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Por outro lado, é surpreendente a quantidade de Municípios que tiveram portarias decretadas e não receberam recursos no mesmo ano, mais de 92% dos casos. É curioso que apenas 8% dos casos reconhecidos tenham sido contemplados com recursos. Na tabela a seguir, é apresentado o número de localidades que tiveram pelo menos uma ocorrência de calamidade reconhecida e a parcela dessas localidades que receberam recursos ano a ano.

Tabela 7

Teve portaria e recebeu no mesmo ano

situação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Sim	80	40	12	205	130	47	40	171	725
Não	1.119	1.223	1.491	585	958	979	984	1.116	8.455
Total	1.199	1.263	1.503	790	1.088	1.026	1.024	1.287	9.180

Para verificar se a falta de relação entre os repasses e as ocorrências em um determinado ano deve-se à demora na transferência dos recursos, a CNM avaliou se para uma transferência realizada em um dado ano existe alguma ocorrência de anos anteriores que a justifique. Também avaliou se uma localidade com ocorrência recebeu algum recurso nos anos posteriores.

Começa-se verificando, entre os Municípios que tiveram portarias decretadas, aqueles que receberam ou não recursos. Considerando todos os anos posteriores à portaria, chega-se a conclusão que 72% não receberam recursos em nenhum ano. Veja o resultado na tabela seguinte.

Tabela 8

Quantidade de Municípios que tiveram portarias decretadas

situação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total
Não recebeu recurso no ano ou nos seguintes	818	781	958	436	807	870	842	1.116	6.628
Recebeu recurso no ano ou nos seguintes	381	482	545	354	281	156	182	171	2.552
Total	1.199	1.263	1.503	790	1.088	1.026	1.024	1.287	9.180

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Quando se diminui o prazo de recebimento para até dois anos, tal proporção sobe para 80% (ver tabela seguinte). Com estas informações, conclui-se que realmente a maior parte dos Municípios que sofrem desastres não recebe recursos, bem como uma boa parte dos que são contemplados recebem com muita demora.

Tabela 9

Quantidade de Municípios que tiveram portarias decretadas

situação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total
Não recebeu recurso no ano ou nos 2 anos seguintes	1.086	1.024	1.139	467	830	870	842	1.116	7.374
Recebeu recurso no ano ou nos 2 anos seguintes	113	239	364	323	258	156	182	171	1.806
Total	1.199	1.263	1.503	790	1.088	1.026	1.024	1.287	9.180

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Veja agora os casos de localidades que receberam recursos tendo ou não ocorrências reconhecidas em anos anteriores. Considerando todos os anos anteriores às transferências analisadas, vê-se que em 8% dos casos, as localidades beneficiadas não tiveram nenhum reconhecimento (ver tabela seguinte).

Tabela 10

Quantidade de Municípios que receberam recursos no ano

situação	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total
Sem portaria no ano ou nos anteriores	22	25	27	3	15	6	98
Com portaria no ano ou nos anteriores	23	303	254	131	111	246	1.068
Total	45	328	281	134	126	252	1.166

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Comparando os montantes, tem-se que, durante o período, R\$ 68,4 milhões foram repassados a Municípios que não tiveram reconhecimento em nenhum ano anterior. Esse valor representa cerca de 8% do total distribuído. Veja na tabela a seguir a distribuição, ano a ano, desse montante.

Tabela 11

Recursos transferidos a municípios em valores de maio de 2010, corrigidos pelo IPCA

situação	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total
Sem portaria no ano ou nos anteriores	14.302.904	12.487.185	15.172.103	1.288.834	14.098.172	11.071.971	68.421.169
Com portaria no ano ou nos anteriores	9.519.711	80.939.525	203.712.342	85.981.074	171.190.685	266.085.770	817.429.107
Total	23.822.615	93.426.709	218.884.444	87.269.909	185.288.858	277.157.742	885.850.276

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Reduzindo a análise para 2 anos, ou seja, avaliando se a localidade que recebeu recurso teve situação de emergência decretada no ano ou nos últimos 2 anos, o percentual de Municípios que recebem recursos sem ocorrência aumenta para 12%. Esses casos correspondem a 13% de todo o valor repassado (dados são apresentados a seguir).

Tabela 12

Quantidade de Municípios que receberam recursos no ano

situação	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total
Sem portaria no ano ou nos 2 anos anteriores	22	28	36	15	23	20	144
Com portaria no ano ou nos 2 anos anteriores	23	300	245	119	103	232	1.022
Total	45	328	281	134	126	252	1.166

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Tabela 13

Recursos transferidos a municípios em valores de maio de 2010, corrigidos pelo IPCA

situação	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total
Sem portaria no ano ou nos 2 anos anteriores	14.302.904	13.104.263	20.917.809	2.720.656	41.656.717	24.009.947	116.712.297
Com portaria no ano ou nos 2 anos anteriores	9.519.711	80.322.447	197.966.635	84.549.252	143.632.140	253.147.794	769.137.980
Total	23.822.615	93.426.709	218.884.444	87.269.909	185.288.858	277.157.742	885.850.276

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

A CNM também identificou quais Estados foram mais contemplados por transferências que não tiveram correspondência com nenhuma situação de calamidade reconhecida. O resultado é apresentado na Tabela 14. Tem-se na tabela o valor acumulado no período de janeiro de 2005 a junho de 2010 (os valores ano a ano são informados no Anexo 2).

Tabela 14

Recursos transferidos aos Municípios entre 2005 e 2010 que não tiveram portarias decretadas no período indicado, valores corrigidos pelo IPCA para maio de 2010

UF	Todos os anos anteriores		Até dois anos atrás	
	Valor	% do total	Valor	% do total
AC	-	0%	-	0%
AL	5.902.454	48%	5.902.454	48%
AM	-	0%	-	0%
AP	-	0%	-	0%
BA	8.228.069	5%	10.299.331	6%
CE	3.185.387	9%	3.422.155	9%
DF	-	0%	-	0%
ES	-	0%	-	0%
GO	4.088.242	47%	4.088.242	47%
MA	2.802.512	100%	2.802.512	100%
MG	10.124.981	9%	21.096.859	20%
MS	-	0%	1.231.666	5%
MT	2.197.394	6%	2.197.394	6%
PA	1.331.528	13%	4.961.487	50%
PB	-	0%	126.100	2%
PE	3.003.711	27%	3.305.829	30%
PI	306.743	31%	306.743	31%
PR	2.282.923	9%	2.866.634	12%
RJ	734.031	1%	3.361.110	4%
RN	-	0%	-	0%
RO	3.386.783	69%	3.386.783	69%
RR	-	0%	338.400	4%
RS	1.224.417	1%	27.120.280	19%
SC	-	0%	76.323	0%
SE	-	0%	-	0%
SP	18.151.293	21%	18.351.293	21%
TO	1.470.701	47%	1.470.701	47%
Total	68.421.169	8%	116.712.297	13%

São Paulo é a UF onde os Municípios mais receberam recursos sem portarias de reconhecimento. Em termos relativos ao total recebido para combate a desastres, o Maranhão está em 1º lugar.

Por fim, também se identificou quais partidos governam os Municípios que tanto receberam recursos sem portaria, e quais governam os que tiveram portarias e não receberam recursos. Veja o resultado nas duas tabelas seguintes.

Tabela 15 –

Quantidade de Municípios que receberam recursos e não tiveram portaria decretada no ano ou nos dois anos anteriores

Partido	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total
DEM	3	1	3	1	2	1	11
PAN	-	-	-	-	-	-	-
PCB	-	-	-	-	-	-	-
PCdoB	1	1	-	-	-	-	2
PCO	-	-	-	-	-	-	-
PDT	2	-	1	2	-	-	5
PHS	-	-	-	-	-	1	1
PL	-	2	1	1	-	-	4
PMDB	2	3	6	6	5	4	26
PMN	-	-	-	-	-	-	-
PP	2	3	-	3	1	5	14
PPS	2	2	5	-	1	-	10
PR	-	-	-	-	3	1	4
PRB	-	-	-	-	-	-	-
PRONA	-	-	-	-	-	-	-
PRP	-	-	-	-	1	-	1
PRTB	-	-	-	-	-	-	-
PSB	1	1	5	-	-	-	7
PSC	-	1	1	-	-	-	2
PSDB	7	9	3	1	1	1	22
PSDC	-	-	1	-	-	-	1
PSL	-	-	-	-	-	-	-
PSOL	-	-	-	-	-	-	-
PSTU	-	-	-	-	-	-	-
PT	-	3	9	-	5	3	20
PTB	2	2	1	1	2	3	11
PTC	-	-	-	-	-	-	-
PTdoB	-	-	-	-	-	-	-
PTN	-	-	-	-	1	-	1
PV	-	-	-	-	1	1	2

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Tabela 16 –

Quantidade de Municípios que tiveram portaria decretada e não receberam recursos no ano ou nos dois anos seguintes

Partido	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total
DEM	182	163	102	176	170	-	-	611
PAN	-	-	-	-	-	-	-	-
PCB	-	-	-	-	-	-	-	-
PCdoB	4	2	1	3	1	-	-	7
PCO	-	-	-	-	-	-	-	-
PDT	103	138	30	41	68	52	58	387
PHS	8	7	4	5	5	2	6	29
PL	60	64	45	73	64	-	-	246
PMDB	297	362	177	196	171	196	242	1.344
PMN	7	3	2	6	7	4	7	29
PP	189	216	77	85	111	101	134	724
PPS	46	87	58	83	60	44	53	385
PR	-	-	-	-	-	-	-	-
PRB	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONA	1	-	-	1	1	-	-	2
PRP	2	7	9	9	9	2	6	42
PRTB	4	3	-	4	2	2	2	13
PSB	47	42	29	52	48	42	37	250
PSC	4	1	-	4	6	4	8	23
PSDB	132	177	128	175	146	93	123	842
PSDC	2	4	6	5	3	1	3	22
PSL	3	4	1	3	2	5	6	21
PSOL	-	-	-	-	-	-	-	-
PSTU	-	-	-	-	-	-	-	-
PT	90	113	58	71	70	57	90	459
PTB	72	103	58	81	65	58	63	428
PTC	2	2	-	5	4	3	7	21
PTdoB	1	1	1	6	5	-	-	13
PTN	1	-	1	-	1	-	-	2
PV	6	4	3	3	7	11	14	42

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Anexo 1

Recursos gastos pela União em defesa civil por UF e por ano

Tabela A –

Aplicação direta da União na função defesa civil, corrigido pelo IPCA para maio de 2010

UF	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total
AC	-	-	4.830	134.855	211.515	55.819	9.353	28.397	29.023	473.792
AL	360.552	-	2.912.929	1.720	1.002.895	4.486.638	5.096.111	10.570.532	4.447.508	28.878.885
AM	-	417.589	41.600	13.194.705	845.441	242.591	28.757	6.075.954	836.590	21.683.228
AP	-	-	-	-	-	-	-	66.473	5.499	71.972
BA	2.341.350	-	607.751	1.626.105	2.079.668	3.179.278	25.493.603	50.512.268	25.526.374	111.366.396
CE	2.437.062	200.246	307.236	5.296.762	12.074.458	32.115.781	24.274.050	33.208.197	11.629.298	121.543.090
ES	-	-	23.952	545.501	1.835.831	1.181.539	2.366.044	110.731	48.753	6.112.351
GO	-	-	52.774	1.062.514	751.586	752.899	4.708.255	2.467.224	103.168	9.898.420
MA	4.431	-	18.190	31.324	27.927	55.497	5.973.001	2.034.975	25.030	8.170.374
MG	994.551	236.026	832.882	3.945.735	2.155.424	6.204.125	18.779.748	22.525.849	5.745.231	61.419.571
MS	6.564	-	28.111	10.662	25.664	104.444	1.230.928	729.115	140.271	2.275.748
MT	-	-	45.682	256.236	398.190	173.809	403.482	150.794	94.374	1.522.567
PA	-	-	131.947	1.086.016	1.117.475	372.186	1.696.271	3.630.575	376.523	8.410.992
PB	3.861.515	-	378.972	1.778.064	8.186.011	27.971.598	13.449.806	24.639.983	9.773.093	90.039.040
PE	2.979.524	-	1.153.724	2.004.513	7.570.476	25.508.313	22.872.248	37.205.246	21.481.210	120.775.255
PI	548.903	-	2.623.002	3.096.588	3.926.422	6.139.969	4.642.650	6.282.028	6.284.567	33.544.131
PR	-	11.904	204.057	1.770.027	958.516	1.541.816	9.936.766	3.607.680	463.012	18.493.779
RJ	9.346	752.838	1.834.355	271.583	2.191.666	1.190.155	19.109.904	82.787.944	9.669.241	117.817.032
RN	2.657.201	-	126.459	1.407.355	4.202.841	10.722.914	7.339.797	6.381.908	4.317.528	37.156.003
RO	-	-	-	1.294.579	132.184	164.789	11.557	144.576	278.078	2.025.763
RR	-	610.767	-	-	727.977	17.443	236	12.135	33.663	1.402.222
RS	2.537	-	6.710	329.470	311.000	3.220.862	20.820.020	6.477.373	426.209	31.594.180
SC	-	-	1.005.984	1.578.663	96.046	951.820	2.345.139	6.861.913	5.338.689	18.178.253
SE	602.442	-	293.135	50.871	767.393	12.108	2.046.961	5.811.305	905.609	10.489.824
SP	11.098	98.401	1.904.321	1.145.978	705.542	271.136	14.795.513	31.011.817	8.155.715	58.099.522
TO	-	-	23.370	422.743	116.425	555.884	2.551.771	1.322.403	70.576	5.063.171
EX	-	-	207.840	4.620.176	2.369.744	-	5.596.169	82.655.944	17.750.746	113.200.620
NI **	493.912.260	147.227.688	40.440.985	77.584.282	4.509.308	6.251.706	64.142.056	4.023.488	828.499	838.920.271
Total	510.729.334	149.555.459	55.210.794	124.547.027	59.297.617	133.445.120	279.720.199	431.336.825	134.764.076	1.878.626.452

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

** Localidade não identificada

Tabela B –

Transferência da União para Governos de Estado na função defesa civil, corrigido pelo IPCA para maio de 2010

UF	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total
AL	-	-	-	-	-	34.887	-	5.245.597	25.000.000	30.280.484
AM	-	-	-	-	-	5.712.780	5.336.947	67.969.732	-	79.019.460
BA	-	-	53.677	-	-	-	12.550.207	4.942.280	4.445.000	21.991.164
CE	2.667.190	1.001.322	3.269.231	-	-	-	7.592.770	56.442.627	40.153.489	111.126.629
ES	-	-	-	-	-	-	-	12.589.434	-	12.589.434
GO	-	-	4.025.758	-	-	-	550.201	-	-	4.575.959
MA	-	-	-	-	-	480.394	3.717.479	97.171.235	17.500.000	118.869.108
MG	1.439.042	5.721.837	4.951.715	-	-	-	-	-	-	12.112.594
MS	-	-	-	-	602.615	9.576.363	4.213.411	5.598.126	8.204.420	28.194.935
MT	-	-	-	-	-	-	7.636.479	3.938.292	-	11.574.770
PA	-	-	-	-	-	-	-	71.340.123	-	71.340.123
PB	2.456.296	572.184	9.527.628	-	-	-	5.775.800	16.747.206	2.485.207	37.564.321
PE	1.761.586	-	-	-	7.858.410	7.582.311	12.207.496	10.071.547	25.000.000	64.481.349
PI	7.180.638	-	-	-	-	-	2.076.888	118.341.862	37.777.852	165.377.241
RJ	-	-	-	-	-	29.072.140	2.188.148	13.113.993	52.500.000	96.874.281
RN	1.290.176	-	-	-	-	-	7.702.811	34.620.942	-	43.613.928
RR	-	2.860.919	-	-	-	-	-	-	10.000.000	12.860.919
RS	-	-	1.341.919	-	-	-	-	41.964.778	-	43.306.698
SC	32.818.873	-	-	-	-	-	93.695.397	278.902.209	19.000.000	424.416.479
SE	-	-	-	-	-	-	-	11.540.314	-	11.540.314
SP	44.305.479	8.582.756	-	1.939.985	9.220.012	-	2.668.474	-	-	66.716.706
TO	-	-	20.129	-	-	-	-	-	-	20.129
Total	93.919.279	18.739.017	23.190.057	1.939.985	17.681.038	52.458.874	167.912.508	850.540.299	242.065.968	1.468.447.025

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Tabela C –

Transferência da União para Municípios na função defesa civil, corrigido pelo IPCA para maio de 2010

UF	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *	Total
AC	-	-	-	-	-	-	320.217	-	-	320.217
AL	574.330	143.046	12.345.659	6.780.530	2.667.175	2.129.795	1.847.574	203.529	-	6.848.073
AM	-	-	402.576	-	-	3.668.904	-	14.687.672	6.000.000	18.356.576
AP	6.821.066	2.860.919	1.704.238	-	1.536.669	14.663.987	-	-	-	16.200.656
BA	25.496.157	20.664.887	5.145.940	439.479	12.654.919	43.207.823	58.725.953	154.670.092	58.276.932	269.258.787
CE	14.206.540	1.255.943	6.786.635	1.851.451	13.296.730	13.587.699	6.338.868	3.145.466	7.326.400	36.368.763
ES	15.926.413	-	391.405	-	2.653.917	2.255.998	1.661.593	305.294	13.039.201	6.876.802
GO	4.516.696	944.103	4.555.817	8.204.442	4.803.144	5.743.492	5.944.310	2.399.861	1.946.094	18.890.807
MA	6.563.775	-	3.260.864	753.392	301.308	951.008	213.478	1.659.707	1.194.000	3.125.500
MG	25.536.525	13.203.139	3.708.018	567.652	7.105.444	30.842.863	37.115.989	18.043.202	22.151.981	93.107.498
MS	11.478.980	286.092	-	-	4.549.642	13.900.844	8.540.502	13.063.811	15.817.451	40.054.799
MT	7.958.577	6.487.133	6.528.032	5.702.996	9.732.235	31.758.987	21.839.906	26.155.601	4.761.188	89.486.729
PA	2.133.227	-	268.384	-	2.711.768	2.581.606	320.217	4.022.094	830.000	9.635.686
PB	25.713.459	3.189.924	5.336.682	692.418	5.764.214	227.344	-	2.939.085	798.100	8.930.643
PE	22.400.506	6.828.655	12.023.132	8.099.518	9.342.442	7.115.880	5.788.000	6.313.229	100.000	28.559.551
PI	14.121.076	1.523.439	521.416	-	471.293	-	-	518.592	-	989.885
PR	948.465	-	805.152	401.852	2.253.781	1.244.288	615.243	696.500	20.015.510	4.809.812
RJ	25.541.481	4.348.117	1.788.779	1.318.436	2.591.245	44.271.054	213.478	2.362.617	45.277.500	49.438.394
RN	10.765.450	4.686.411	1.818.408	81.617	1.807.846	3.610.760	3.657.105	9.977.834	858.282	19.053.544
RO	5.527.339	6.286.153	1.208.472	1.507.481	1.205.230	2.368.798	426.956	386.705	-	4.387.690
RR	-	-	-	-	-	3.429.998	-	-	6.000.000	3.429.998
RS	19.734.139	2.098.885	2.170.660	-	6.806.033	12.214.993	9.293.868	33.052.507	88.943.968	61.367.402
SC	4.446.211	171.655	1.677.399	37.670	11.081.973	6.613.550	11.222.212	2.042.289	800.000	30.960.024
SE	-	1.830.988	319.377	-	-	-	320.217	-	-	320.217
SP	1.055.625	1.430.459	6.175.513	1.695.133	15.776.682	28.994.709	14.669.259	6.014.960	49.779.909	65.455.609
TO	4.890.012	311.840	899.884	5.596.270	1.840.929	1.436.164	1.889.389	3.309.972	3.950.000	8.476.454
Total	256.356.049	78.551.789	79.831.442	43.730.338	120.954.621	276.820.542	190.964.333	305.970.621	347.866.518	894.710.117

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Tabela D –

Recursos transferidos aos Municípios que não tiveram portarias decretadas em nenhum ano anterior, corrigido pelo IPCA para maio de 2010

UF	2005		2006		2007		2008		2009		2010 *	
	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total
AC	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
AL	5.022.615	74%	-	0%	879.839	61%	-	0%	-	0%	-	0%
AM	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
AP	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
BA	188.348	100%	-	0%	-	0%	550.201	3%	7.249.520	8%	240.000	2%
CE	718.545	39%	933.317	7%	1.533.525	12%	-	0%	-	0%	-	0%
DF	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
ES	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
GO	1.466.604	74%	1.490.267	69%	1.131.371	37%	-	0%	-	0%	-	0%
MA	753.392	100%	-	0%	-	0%	-	0%	1.049.119	100%	1.000.000	100%
MG	125.565	67%	1.069.039	17%	675.637	2%	-	0%	2.301.768	13%	5.952.971	28%
MS	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
MT	2.197.394	71%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
PA	-	0%	-	0%	1.127.999	44%	-	0%	203.529	6%	-	0%
PB	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
PE	1.255.654	31%	602.615	22%	1.145.442	35%	-	0%	-	0%	-	0%
PI	-	0%	306.743	65%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
PR	-	0%	903.923	40%	-	0%	-	0%	-	0%	1.379.000	7%
RJ	376.696	29%	241.046	9%	116.289	0%	-	0%	-	0%	-	0%
RN	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
RO	1.130.785	100%	-	0%	2.255.998	95%	-	0%	-	0%	-	0%
RR	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
RS	-	0%	96.418	2%	1.127.999	13%	-	0%	-	0%	-	0%
SC	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
SE	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
SP	1.067.306	63%	5.906.810	65%	5.178.003	28%	204.939	5%	3.294.235	72%	2.500.000	5%
TO	-	0%	937.006	61%	-	0%	533.695	45%	-	0%	-	0%
Total	14.302.904	60%	12.487.185	13%	15.172.103	7%	1.288.834	1%	14.098.172	8%	11.071.971	4%

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre

Tabela E –

UF	2005		2006		2007		2008		2009		2010 *	
	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total
AC	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
AL	5.022.615	74%	-	0%	879.839	61%	-	0%	-	0%	-	0%
AM	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
AP	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
BA	188.348	100%	-	0%	-	0%	550.201	3%	8.963.082	10%	597.700	5%
CE	718.545	39%	933.317	7%	1.770.293	14%	-	0%	-	0%	-	0%
DF	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
ES	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
GO	1.466.604	74%	1.490.267	69%	1.131.371	37%	-	0%	-	0%	-	0%
MA	753.392	100%	-	0%	-	0%	-	0%	1.049.119	100%	1.000.000	100%
MG	125.565	67%	1.384.810	22%	3.218.286	11%	514.988	2%	2.301.768	13%	13.551.442	65%
MS	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	1.231.666	51%	-	0%
MT	2.197.394	71%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
PA	-	0%	-	0%	1.127.999	44%	320.217	100%	3.513.272	100%	-	0%
PB	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	126.100	57%
PE	1.255.654	31%	602.615	22%	1.447.560	44%	-	0%	-	0%	-	0%
PI	-	0%	306.743	65%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
PR	-	0%	903.923	40%	-	0%	-	0%	98.712	100%	1.864.000	9%
RJ	376.696	29%	542.354	21%	2.442.060	6%	-	0%	-	0%	-	0%
RN	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
RO	1.130.785	100%	-	0%	2.255.998	95%	-	0%	-	0%	-	0%
RR	-	0%	-	0%	338.400	10%	-	0%	-	0%	-	0%
RS	-	0%	96.418	2%	1.127.999	13%	596.617	11%	21.128.540	67%	4.170.705	5%
SC	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	76.323	6%	-	0%
SE	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
SP	1.067.306	63%	5.906.810	65%	5.178.003	28%	204.939	5%	3.294.235	72%	2.700.000	6%
TO	-	0%	937.006	61%	-	0%	533.695	45%	-	0%	-	0%
Total	14.302.904	60%	13.104.263	14%	20.917.809	10%	2.720.656	3%	41.656.717	22%	24.009.947	9%

* Valores de 2010 referem-se apenas ao 1º semestre